

Fundamentos da Valoração de Florestas Públicas

*Prof. Sérgio Gonçalves
MSc. Economia de Recursos Florestais*

O Amazonas possui uma área de aproximadamente de 150 milhões de hectares, com predominância de florestas de terra-firme, como focado em diversas oportunidades por especialistas e curiosos sobre o tema.

Provavelmente, os elementos que hoje representam um efeito inibidor no aproveitamento dos recursos madeireiros no Amazonas serão superados a partir do momento em que se torne favorável à combinação de fatores como: políticas públicas de longo prazo, mercado, preço, melhor aproveitamento de espécies, qualificação da mão-de-obra e esgotamento de reservas florestais de outros Estados e Países. Diante do quadro apresentado, surgem desafios e oportunidades, neste sentido o princípio da valoração florestal passa ser estratégico, devido estar associado ao valor econômico dos bens e serviços florestais. O valor econômico é um conceito amplo que se aplica à produção contínua de bens e serviços florestais/ambientais.

Em termos de Amazonas o ponto de partida para analisar o processo de valoração é entender o significado da palavra valor. No que tange às florestas, existem muitos valores de usos, sejam no momento atual ou no futuro. Vários deles podem ser medidos razoavelmente bem, em termos monetários, e determinados a partir do mercado, isto é, por meio da interação entre oferta e demanda. No entanto, a produção florestal gera ou propicia a existência de bens, para os quais não existe um mercado perfeito, além de ser praticamente impossível medir esses benefícios em termos monetários na sua totalidade.

Mediante a possibilidade de concessões de florestas públicas, a valoração florestal, torna-se particularmente interessante para o estabelecimento de um preço que represente o valor presente de todos os futuros benefícios que serão originados pelos recursos florestais, considerando os melhores usos que se pode dar a ela. No entanto para que isso ocorra de maneira correta, é necessário caracterizar o interesse das partes envolvidas nestes recursos.

Os custos e os benefícios são verificados ao longo do tempo, e nem todos no mesmo momento. A questão principal é como comparar os valores presentes com os futuros. A chave para comparar os valores de distintos períodos é colocá-los em um mesmo momento no tempo, com o auxílio de uma taxa de desconto. Já os valores financeiros referem-se exclusivamente aos preços dos bens e serviços no mercado. Estes valores consideram sempre a perspectiva de uma pessoa ou de uma empresa. Desta forma, para os beneficiários, os custos financeiros representam perdas de capital/recursos e os rendimentos financeiros são os fluxos de dinheiro.

Geralmente, para empresas privadas, os valores que mais interessam são aqueles medidos monetariamente, muito embora, em alguns casos, existam motivos de incluir valores intangíveis ou não-monetários. Os quantitativos monetários de valores estão necessariamente associados com a existência de um mercado. Conseqüentemente, é importante analisar o que significa valor de mercado.

Por outro lado, quando o interesse da avaliação florestal é público, a amplitude dos benefícios é muito mais abrangente e deve incluir, preferencialmente, todos os valores decorrentes da floresta e de sua permanência no local.

Dentre esses benefícios, é importante não só a quantificação e a valoração dos bens tangíveis e que possuem um preço de mercado, mas principalmente a inclusão de outros benefícios indiretos, alguns até mesmo intangíveis. É neste ponto que reside o maior entrave quando da avaliação de florestas.

É inquestionável que as florestas tropicais, geram ou podem gerar, além da madeira, benefícios ou externalidades positivas. Apesar de tais benefícios não possuírem um preço ditado pela lei de oferta e demanda, componentes estes básicos do sistema econômico, eles apresentam valores sociais, culturais, recreativos e ecológicos conjuntamente aos econômicos.